



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA DA 143ª REUNIÃO, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2024

Em 13 de novembro de 2024, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: os presidentes suplentes Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira e Marcelo da Fonseca, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Lorena Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Ângelo Luiz Rezende, da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Arnaldo Correia da Silva Filho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Marcelo Bahia Cantella, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Rafaella Cristina Batista Mazoni de Souza, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Fellipe Antônio Andrade Chaves, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Carlos Alberto Valera, do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG); Representantes dos municípios: Letícia Fabiane de Oliveira, da Prefeitura de Betim; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata Soares Coelho, da Prefeitura de Mantena; Marxiley Lima Azevedo, da Prefeitura de Nova Era; Antônio Geraldo de Oliveira, da Prefeitura de Patrocínio; Tamires Batista de Sousa, da Prefeitura de Taiobeiras; Representantes de usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Patrícia Sena Coelho Cajueiro, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig); Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe MG); Mayara Marques de Oliveira Santos, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Representantes de entidades da sociedade civil: Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Regina Célia Fernandes Faria, da Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura e Desenvolvimento Socioambiental; Mauricio Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais (Abes/MG); Flávio Pimenta de Figueiredo, do Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (ICA/UFGM); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Fernando Neves Lima, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, a presidente suplente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira declarou aberta a 143ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Conselheiro Leonardo Romano/Peixe MG: “Boa tarde a todos, eu sou Leonardo Romano representante da Peixe MG, e gostaria de fazer algumas considerações sobre um material que foi mostrado na última reunião do Conselho. A Janaina, do IEF, apresentou um trabalho que foi feito com apoio do Instituto Hórus, uma lista de espécies da fauna e flora mineiras listadas numa categoria de restrição ou de proibição. Então tinha uma quantidade muito grande de peixes ornamentais nessa lista, e no dia eu não me manifestei porque queria ouvir os especialistas e as pessoas técnicas que nos suportam. E no dia 26/9 foi feito a reunião – a Janaina até falou disso – para a validação dessa lista. Nós participamos dessa reunião por videoconferência – eu participei junto com um diretor da Peixe MG – e manifestamos a nossa preocupação e eu diria até perplexidade com a quantidade de espécies que são cultivadas, principalmente na Zona da Mata, que é o maior polo mineiro de piscicultura ornamental, responsável hoje por 70% da produção mineira. E Minas Gerais, só para registrar, o maior produtor de peixes ornamentais do Brasil. É uma atividade consolidada há mais de 40 anos. Só para vocês terem uma ideia da importância, nós tivemos uma exposição em Muriaé, agora em setembro, o

governador Zema fez abertura da exposição. Nós tivemos na semana passada, nesse final de semana, a Ecofish, foi um grande evento no BH Mall. O secretário Thales fez a abertura. E nós temos tido um apoio enorme das vinculadas da Seapa e da própria Seapa, mas, principalmente, Emater e IMA. Recentemente até, foi assinada em Muriaé uma portaria sobre biossegurança. Então é uma atividade absolutamente consolidada e que gera muitos empregos. Tem uma característica de ser trabalhada muito por agricultura familiar, pequenas famílias. E nós nos deparamos com o grande número de espécies, espécies consagradas no mercado, como betta, molinésia, kinguio, registradas como proibidas, com proposta de proibição. Então a Janaina foi muito receptiva, nós contextualizamos a situação, mas nós observamos que esse trabalho foi feito sem a mínima consideração dos aspectos sociais e econômicos. Talvez uma visão ambiental que achamos que tem que ser considerada, temos sempre que buscar o equilíbrio, mas de forma alguma nós fomos ouvidos. Então nós negociamos com a Janaina, como representante do IEF, fizemos um trabalho, buscamos apoio da academia, de especialistas, consultores, produtores. Foi um trabalho consistente. E enviamos um ofício para Laura Homem Oliveira, que é diretora de Proteção à Fauna, registrando a nossa preocupação, pedindo uma revisão dessa lista e nos colocando à disposição para discutir isso com profundidade. Já envolvemos o secretário Thales também, e o Thales conhece muito dessa área, ficou sensibilizado também e até ficou de fazer um contato com o Breno, com o pessoal do IEF, porque nós temos que reabrir esse assunto, que é muito grave. Então eu agradeço a oportunidade de trazer essa preocupação, esses registros e deixar muito claro que a comunidade aquícola de Minas tem que ser ouvida, que não pode ser tomada nenhuma decisão que não tiver a nossa participação, porque isso pode trazer reflexo irreversível na economia da região da Zona da Mata.”

4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA. Foi feita exibição de vídeo gravado por Tiago Aroeira Marliere, da Superintendência de Tecnologia da Informação, da SEMAD, com apresentação sobre a nova plataforma meioambiente.mg.gov.br, que passa a abrigar todos os portais do Sistema Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos (Sisema) do Estado de Minas Gerais. Felipe Brait Carneiro Gonçalves, da SEMAD, se colocou à disposição para esclarecimento de dúvidas e recebimento de críticas e sugestões ao novo sistema. **5) EXAME DA ATA DA 142ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 142ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 18 de novembro de 2024. Votos favoráveis: Abes, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, IHMBio, Instituto Espinhaço, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig e UFU. Abstenção: Seapa. Ausências: Abas, Abragel, CRBio, UFMG, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Jordânia e Unifei. Justificativa de abstenção.

Conselheira Lorena Gonçalves Brito/Seapa: “Abstenção, porque a conselheira que fez a reunião passada, eu não consegui contato prévio com ela. Ela está em viagem.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E DELIBERAÇÃO.**

6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que dispõe sobre a equiparação da Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas Abha Gestão de Águas às funções de Agência de Bacia Hidrográfica da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari (PN2). SEI/Nº 2240.01.0003405/2024-29. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas (Geabe/IGAM). Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG aprovada por unanimidade nos termos apresentados pela Geabe/IGAM. Votos favoráveis: Abes, Abragel, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, Instituto Espinhaço, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Lavras, Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig, UFU e Unifei. Abstenções: Abas e MPMG. Ausências: CRBio, UFMG, IHMBio, Prefeitura de Itapeva e Prefeitura de Jordânia. Justificativas de abstenções. Conselheiro Mauricio Nicolau de Assis Bertachini/Abas: “Eu vou me abster, porque tive um problema para entrar na reunião e estou sendo suplente.” Conselheiro Carlos Alberto Valera/MPMG: “Na forma do Ato 02 da Corregedoria-Geral, abstenção.” Agradecimentos. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu só queria agradecer a votação, porque nós precisávamos passar por esse momento para continuar o trabalho aqui no CBH Araguari. Só agradecer o trabalho feito pelo IGAM e pelo Conselho Estadual.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Muito obrigado, em nome dos servidores do IGAM.”

7) QUALIDADE DAS ÁGUAS SUPERFICIAIS NO ESTADO DE MINAS GERAIS EM 2023. Responsável: Gerência de Monitoramento de Qualidade das Águas (Gemoq/FEAM). Bernardo do Vale Beirão, da Gerência de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, do IGAM, fez apresentação do Resumo Executivo Anual de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais em Minas Gerais, relativo ao ano de 2023. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Debates. Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Bernardo. Eu queria aproveitar a oportunidade para parabenizar toda a equipe da Gemoq por esse programa, que é de excelência, e a qualidade técnica dos resultados que são disponibilizados para toda a sociedade, em especial para este Conselho, para tomada de decisão. E convidar todos os conselheiros para acessar o QR Code que foi disponibilizado, onde teremos todas as informações, com análise mais detalhada dos pontos que foram aqui abordados. E também reforçar que todos esses dados estão disponíveis para acesso, para trabalhar avaliações além das que nós disponibilizamos nas nossas publicações periódicas. Parabéns, Bernardo e toda a equipe.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu também quero

dar parabéns pela qualidade do trabalho, Bernardo, extensivos aos colaboradores do IGAM. Eu queria só destacar aqui, que é uma oportunidade, o seguinte. A mineração tem um diferencial, quando colocada como uma atividade que causa impactos importantes, porque no caso desses contaminantes, Bernardo... E apareceu arsênio, manganês, violações, vamos dizer. Um diferencial da mineração é o que é inerente a ela, que é a rigidez locacional. Então quando a coisa é colocada como uma contaminação provocada pela mineração precisa existir a ressalva de que a ocorrência natural desses elementos, que chamamos de background, tem que ser levantada. Eu sei que isso às vezes é citado, mas de forma geral, numa apresentação. E te digo, por exemplo, naquele slide que você colocou dos causadores de impacto de esgoto industrial, esgoto doméstico, mineração e agricultura, a mineração se diferencia aí, porque a ocorrência daquele determinado contaminante, grande parte das vezes, não tem a ver com a atividade minerária, mas com a ocorrência, com o ambiente geoquímico, com a geologia local. Então isso precisa sempre ser destacado, porque todo mundo sabe que em Minas Gerais a mineração não é uma atividade vista com muita simpatia por muitos. Ainda eu acho que até porque discussões como essas que estou colocando aqui, pontos como esses não são destacados. Eu não li o relatório e ainda espero que isso esteja claro, que o background em Minas Gerais, especificamente no Quadrilátero Ferrífero, as chamadas violações não são necessariamente, não têm necessariamente o caráter antrópico, mas um caráter natural.” Conselheiro Leonardo Romano/Peixe MG: “Boa tarde, Bernardo, bom te ouvir e revê-lo, é uma alegria. Parabéns pelo trabalho. Eu assisti com muita atenção e queria fazer uma pergunta e uma consideração. Pelo que você apresentou, a represa de Três Marias apresenta bons resultados em todos os indicadores. Vocês perceberam, na avaliação, algum impacto advindo da criação de peixes em tanque-rede na represa? Isso ficou perceptível? Você tem algo a me dizer sobre isso?” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu também queria parabenizar o Bernardo. Muito boa apresentação. E eu queria fazer um comentário. Depois eu quero ler o relatório, mas sabemos que, com certeza, o saneamento é muito importante para que consigamos a melhoria desse resultado, mas nós sabemos da realidade que nós temos no Estado como um todo. Nós ainda temos um desafio muito grande para conseguir essa universalização, não depende simplesmente apenas do investimento. É muito importante destacar que é necessária a adesão, e nessa adesão realmente é necessário o apoio do Estado, as políticas públicas, para que realmente elas aconteçam. E eu entendo que as próprias normativas hoje tendem a melhorar esses resultados em cima de prazos já preestabelecidos, como o próprio Marco Legal do Saneamento, em que se busca uma universalização até 2033 da coleta e tratamento de esgoto em 90%, e também a própria Portaria 08, que também etapalizou os retrofits das unidades existentes de tratamento de esgoto de forma que se possa reavaliar essas tecnologias para buscar a remoção de efluente. Eu acho que é muito importante esse acompanhamento. Eu acredito que mesmo não da forma que gostaríamos, na intensidade, mas acompanhando esses relatórios nós começamos a enxergar uma melhoria tímida, às vezes, mas entendemos que os investimentos são importantes e estão acontecendo. Mas eu não sei, Bernardo, se essa reflexão também foi abordada no relatório. É uma pergunta. Mas depois eu vou estar checando isso também de forma mais detalhada.” Bernardo do Vale Beirão/IGAM: “Eu queria fazer um comentário, eu concordo que existe presença natural de diversos desses elementos que são considerados tóxicos, mas não podemos desconsiderar que a mineração tem seu impacto. Mas aqui uma coisa que não fizemos foi apontar responsáveis para situações específicas, porque isso é uma coisa muito complicada de se fazer. Eu já pego, inclusive, o gancho com a pergunta do Sr. Leonardo Romano. Primeiro que os resultados do IQA em Três Marias realmente estavam bons, muito bons, mas em Três Marias encontramos também quantidades altas de cianobactérias. E é difícil, de novo, como eu estou falando, apontar o que é o causador, especialmente na bacia do rio São Francisco, que sofre tantos impactos, como eu pude trazer. Mas o impacto que pode estar relacionado à criação de peixes é o aumento de nutrientes disponibilizados, principalmente por conta da ração e tudo o mais. Mas, de novo, é uma bacia que recebe tantas influências, que é complicado trazermos isso aqui. Nelson, eu perdi uma parte da sua fala, mas o relatório eu espero que você consiga acessá-lo, e nós estamos à disposição. Meu e-mail está aí. E se precisar de qualquer ponto que possamos discutir você entra em contato conosco, que estamos sempre à disposição.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu acho que é importante reforçar até um pouco do que o Nelson colocou, que os colegas conselheiros colocaram aqui. Nós percebemos que estamos numa situação meio que de estabilidade quanto à qualidade da água no Estado de Minas Gerais. Nós vemos dois grandes esforços que estão sendo empreendidos agora como potenciais para reverter essa situação, melhorar o Índice de Qualidade de Água, que são os avanços do enquadramento dentro da política de recursos hídricos, que nós estamos discutindo e revisitando alguns enquadramentos em áreas importantes. Como por exemplo da bacia do rio das Velhas, que está em discussão neste momento no Comitê e em breve virá ao CERH para a sua ratificação. A questão do saneamento, Nelson, que você bem trouxe, a normativa que trouxe o novo marco, com novos prazos, novas diretrizes. E também há um esforço muito grande, naquilo que compete ao governo de Minas, de direcionar recursos para essas iniciativas. Recentemente, os acordos advindos dos rompimentos das barragens tiveram parte significativa do seu recurso direcionado para a atividade de saneamento nas bacias do Paraopeba e do Doce, demonstrando a importância que se dá a essa política pública, que tem o impacto social, nós sabemos, da qualidade de vida da população. Mas também tem esse resultado aqui para a nossa política, com a melhoria da

qualidade de água nessas bacias. Nós estamos nesse esforço grande de avançar com o saneamento naquilo que são medidas que o governo consegue empreender, mas é importante, Gustavo, que sempre chama a atenção da participação dos municípios na política de gestão de recursos hídricos, esse envolvimento. O saneamento é uma concessão municipal, é uma obrigação do município, que precisa se envolver na gestão para a melhoria da qualidade de água nos territórios. Nós temos hoje uma série de iniciativas que podem, com certeza, e esperamos que avancem para a melhoria da qualidade de água em Minas. Especialmente com relação à apresentação, o documento apresentado, fiquem à vontade para trazer considerações, contribuições, sugestões de aprimoramento. É sempre bom. É um documento, que eu falo com a equipe, que nós produzimos, mas não é um documento para o IGAM, é para todo o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. E este Conselho, como o órgão máximo da Política, tem que se debruçar sobre esses resultados e nos ajudar a formular políticas para melhoria e avanço da qualidade de águas no Estado.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu queria cumprimentar pela apresentação, Bernardo, em seu nome, e toda a equipe que trabalhou para isso e continua trabalhando, que a coleta é contínua, análise de dados contínua também. Primeiro eu tenho uma dúvida operacional. Na sua apresentação, quando você fala da toxicidade, eu notei que tem um ponto vermelho que aparece na bacia do Araguari. Eu queria saber se tem algum instrumento, alguma ferramenta que possamos fazer a consulta para saber os dados desse ponto, se isso já está disponível no sistema ou se tem que fazer relatório.” Bernardo do Vale Beirão/IGAM: “Nós temos isso, no repositório institucional do IGAM tem todas essas informações. Você pode encontrar cada ponto individualmente lá. E nós estamos sempre à disposição. Caso você tenha alguma dificuldade, pode entrar em contato conosco, que nossa equipe dá um jeito de tentar facilitar esse acesso a esses dados. Mas os dados estão lá acessíveis para qualquer pessoa. Obviamente que pode levar algum tempo, porque nós temos essa rede de monitoramento que é muito grande. Então quando recebemos os dados do laboratório geralmente são muitos dados, o próprio laboratório já leva um certo tempo para fazer a entrega dos dados; e até fazermos a consistência e analisar e poder disponibilizar no site leva um tempo. Mas de qualquer maneira talvez você não encontre o mais atual, mas vai encontrar todos os dados que foram publicados desde o início do monitoramento naquele ponto. Como eu citei na apresentação, nós começamos só com 177 pontos. Quer dizer, só não, porque é até uma rede interessante, 177 pontos. Então vários pontos são mais recentes. Então também a história de cada ponto vai variar. Só reforçar, estão disponíveis. Precisando de alguma ajuda, se tiver alguma dúvida, pode entrar em contato.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Além disso, Bernardo, no anexo do relatório, tem uma avaliação detalhada por bacia hidrográfica. Nós trouxemos aqui uma avaliação geral para apresentação ao Conselho. Por isso que eu convido todos a acessar o relatório, porque lá tem essa consolidação das informações avaliadas no período. Qual é a frequência em que nós publicamos os relatórios?” Bernardo do Vale Beirão/IGAM: “Neste momento, nós estamos avaliando os dados do segundo e terceiro trimestres deste ano. Então provavelmente vai ter acesso só do primeiro trimestre de 2024. O mais recente vai ser isso, mas, possivelmente, se não me engano, o segundo trimestre ainda está para ser publicado.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Demonstrando que temos esse consolidado que apresentamos aqui, continuamos fazendo os relatórios trimestrais, eles também são publicados. Além desse, que é de 2023, já tem produtos de 2024 disponíveis e estão acessíveis também nos nossos canais que foram colocados.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu queria fazer um comentário sobre a fala do Nelson, da Copasa. Eu acho que nós temos alguns avanços, mas creio que são modestos demais. Já temos uma história de mais de cem anos de tratamento de esgoto, e, particularmente, eu acho inconcebível estarmos em 2024 e existirem cidades ainda que sequer fazem. Eu estou falando do Estado de Minas Gerais, estou falando da bacia do Comitê que eu presido atualmente também. Eu considero inaceitável que nós tenhamos ainda cidades que não tenham rede completa de coleta de esgoto e não tenham um tratamento de esgoto. Eu acho que nós, no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, temos por obrigação colocar esse ponto como um dos pontos primordiais na política de recursos hídricos do Estado de Minas. Nós nos preocupamos muito com a outorga, com a função econômica, mas tratamento de esgoto não pode ser uma política que dependa de sobra de caixa, ela deveria ser primordial, deveria ser a primeira atitude a ser tomada pelo Estado. O Estado deveria ter essa preocupação. E pouco me importam essas falas de enterrar obra, não se trata de enterrar obra, se trata de garantir qualidade de água e qualidade de vida para as pessoas.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Só complementar, Sylvio. Eu acho que é fundamental essa questão que você coloca. Tratamento de esgoto é fundamental, é essencial, é necessário para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e dos recursos hídricos. Eu acho que é nesse sentido que se buscaram metas através do Marco Legal de Saneamento, justamente para se correr atrás de uma situação terrível que nós temos em determinadas regiões do país. Eu acho que posso até colocar do país, de modo geral, onde ainda tem poucos locais onde atingimos a universalização. E, só para colocar, a tecnologia de esgoto pode ter cem anos, mas tratamento de água começou no Brasil nos anos 70, com a Planasa, o esgoto realmente começou a avançar já nos anos 90. É uma situação que o Brasil começou muito atrasado com isso, tem um passivo enorme, e realmente nós precisamos efetivar que essa prestação de serviço seja alcançada por toda a população. É só para reforçar e dar um de acordo com relação à importância do tratamento de esgoto.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Agradecer novamente ao Bernardo e toda a equipe da

Gemoq pela apresentação e pelo brilhante trabalho que fazem, agradecer pela dedicação de cada um de vocês para a continuidade desse programa, que tem uma das maiores séries históricas de monitoramento de qualidade e é reconhecido nacionalmente como de excelência dentro dos nossos pares do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos. Muito obrigado, Bernardo.” **8) APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DO GRUPO GESTOR DE VAZÃO DO ALTO RIO DAS VELHAS (CONVAZÃO). Responsável: Renato Júnio Constâncio, Secretário do CBH Velhas e coordenador do Convazão.** Renato Júnio Constâncio, secretário do CBH Velhas, fez apresentação sobre o Grupo Gestor de Vazão do Alto Rio das Velhas (Convazão) destacando seu histórico de atuação, ações realizadas e resultados obtidos. O conteúdo da exposição foi disponibilizado na pauta desta reunião, no portal do Meio Ambiente. Debates. Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu agradeço a possibilidade de estar aqui apresentando esse trabalho, é um trabalho de grupo, um trabalho do Comitê do Rio das Velhas, uma instância criada pelo Comitê, uma sala de situação do Comitê do Rio das Velhas. Então eu agradeço a possibilidade de estar apresentando isso aqui. Não é nada muito especial, fantástico, de último lançamento, mas tem sido muito útil e tem sido uma experiência fantástica. Eu estou muito feliz de ter ajudado a contribuir com esse trabalho.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, Renato, parabéns pelo trabalho, pela iniciativa, pela proatividade do Comitê do Velhas em liderar esse processo. E a todos os atores que participam do processo e as empresas que se sensibilizam com toda a situação e, de forma proativa, fazem a mudança operacional necessária para garantir o atingimento desse objetivo que é garantir uma maior resiliência do rio das Velhas. A lude foi quem, inclusive, convidou e sugeriu a pauta aqui. Vou passar a palavra para ela.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu quero agradecer a vocês por terem recepcionado esse meu pedido e trazido esse assunto, que eu acho de extrema importância. Agradecer ao Renato também, porque todas as vezes que eu precisei dele ele me atendeu muito bem. E dizer que, como representante do setor minerário, eu fico extremamente satisfeita de ver, dentro de um momento desse tão importante dentro Conselho Estadual, a divulgação da participação da mineração nesse processo de uma forma extremamente nobre. Eu não sei se isso é conclusivo, não sei se vocês concordam com isso, mas essa questão da participação, de o uso dos reservatórios ter levado a um impedimento do racionamento na região metropolitana, isso é de extrema importância. Eu só lamento, como representante do setor minerário, que isso não seja divulgado. Às vezes, até o contrário, dentro do próprio Comitê da Bacia do Velhas, a mineração é tida como a que só prejudica. Eu fiz questão de pedir – novamente, agradeço por ter sido aceita a minha solicitação – porque isso precisa ser mostrado para a população da região metropolitana, a população de Belo Horizonte e da região metropolitana. Isso precisa ser divulgado, precisa ser dito, principalmente porque esse risco de racionamento não é visto com muita materialidade pela população. Então essa apresentação, Renato, esse vídeo, aí eu achei fantástico, se pudesse ser colocado na mídia, eu acho que seria muito importante. E eu queria saber se podemos ter acesso. Está no Convazão, no CBH Velhas, esse vídeo?” Presidente Marcelo da Fonseca: “O material está no site, está nas redes sociais do Velhas. De toda forma, nós vamos compartilhar também a apresentação com vocês e inserimos também o link desse vídeo, que está no Youtube.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Muito boa apresentação. Obrigada?” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu faço questão de fazer uma correção, que eu acho que é de uma importância absurda essa experiência do Convazão, do Comitê do Velhas, acho que isso realmente precisa ser divulgado, disseminado para outros Comitês, para casos específicos. É o sucesso de você estar reunindo um grupo efetivamente para discutir a questão do rio, preocupado com o rio e buscando solução, obviamente, no caso da Copasa, para o abastecimento da região metropolitana, que é muito importante, mas todos os esforços concentrados não só para abastecimento, mas para a condição ecológica do rio. Então todos os usuários em parceria com o Comitê, com o órgão gestor, que é o IGAM, com o Serviço Geológico Brasileiro, empenhados, de forma colaborativa, transparente, em buscar soluções e tentar, de forma proativa, mitigar problemas relacionados a disponibilidade de água. Então eu entendo e concordo com a lude que é uma experiência importantíssima que precisa ser divulgada. E ao mesmo tempo também um exemplo de como uma infraestrutura como uma barragem é positiva para regularizar vazão e mitigar problemas relacionados a períodos longos de seca. Então são estruturas importantes, que têm que estar conjugadas e integradas às soluções baseadas na natureza, mas são soluções importantes, que tem os benefícios. Tem seus impactos, mas também tem grandes benefícios. E o exemplo aqui na região metropolitana está muito bem descrito, essa experiência junto com o parceiro AngloGold para buscar, no caso, mitigar o efeito desses períodos que têm sido bastante frequentes aqui na região Central de Minas Gerais.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: Primeiro, é sempre bom ver o Comitê fazendo gestão, isso é muito importante. Eu queria fazer só duas observações. Uma é um questionamento, eu não entendi direito e queria entender um pouco melhor. Houve uma redução na vazão defluente do reservatório acho que Rio das Pedras de 50% da Q7,10 para 30% da Q7,10. O sentido disso é guardar mais água no reservatório? É isso?” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Sim, professor Sylvio, é permitir por um tempo, por um prazo de alguns dias, repressão no reservatório. Só naquele período. Repressionou, volta ao normal.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “E quando baixa para isso é porque também não tem turbinamento. É isso?” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Exatamente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu entendi. É porque acabamos de passar por uma reunião hoje que tratava de uma outorga

de uma PCH, e esse foi um assunto muito discutido, a questão da vazão defluente. Então eu queria mesmo era escutar um pouco sobre isso.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Foi, especificamente, para poder represar o reservatório por um período de uma semana, 15 dias, e depois volta ao normal.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Renato, só para reforçar, são condições que foram bem definidas, as condições temporárias para se fazer essa operação.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Exatamente.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “E segundo, agora, é um comentário, Marcelo, que de novo diz respeito à Política Estadual. Nos anos 1960, eu sei que à época era diferente, às condições diferentes, mas, na década de 1960, a população da região metropolitana de São Paulo estava chegando a 5 milhões de habitantes. Foi quando começou a ser constituído o complexo do Cantareira, começou a construção das duas primeiras barragens para reservação de água para abastecimento. Eu vejo a apresentação agora, a região metropolitana de Belo Horizonte já ultrapassou 5 milhões de habitantes, e não tem reservatório, não há reservação de água para abastecimento. Depende de um esforço conjugado de várias instituições, de empresas, para poder resolver um problema que só tende a se agravar. Novamente, nós estamos no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Qual governo vai tomar uma atitude quanto a isso, qual governo vai entender que há necessidade de reservação? Quando eu ouço que Bela Fama faz captação a fio d’água, que ela responde, se eu não me engano, a 45% do abastecimento da região – me corrija depois, Nelson, se eu estiver errado –, eu fico pensando assim... Ou não vai ser feito esse esforço?” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Sylvio, você tem toda a razão. O Plano Diretor de Abastecimento da região metropolitana prevê reservação em barramento. O sistema Rio das Velhas é responsável realmente por em torno de 46% do abastecimento da região metropolitana. Nós temos na região metropolitana os reservatórios da bacia do Paraopeba. São reservatórios. Mas é muito importante se buscar uma solução de reservação para a bacia do rio das Velhas. É um projeto que já está sendo estudado, está sendo avaliado. E realmente entendo que uma regularização de vazão tão importante e estratégica para uma população de tão grande porte, como a metropolitana, passa por reservação de água. Nós temos que lembrar também que é uma região que tem poucas alternativas de abastecimento. E entendemos que a melhor alternativa é justamente buscar uma reservação que realmente garanta o crescimento da região metropolitana e também as vazões para os usuários a jusantes e a vazão ecológica que o rio precisa. Acho que é de uma forma bem resumida, é um assunto que é longo.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Essa questão, Sylvio, muito bem trazida aqui, de muita preocupação para todos nós, em especial para este Conselho, está sendo abordada, além da questão que o Nelson trouxe, no plano de abastecimento da região metropolitana, os dois planejamentos de segurança hídrica de Minas Gerais, o específico da região metropolitana, juntamente com o Plano Mineiro, trazem essa diretriz da necessidade de ter uma solução de reservação na bacia do rio das Velhas. Para complementar as reservações que já existem na bacia do Paraopeba. É uma discussão importante. Nós sabemos o quão complexo é discutir reservação, barramento, mas é uma discussão que o Sistema de Recursos Hídricos, o Sistema de Saneamento, precisará enfrentar para garantir abastecimento para a região metropolitana e uma resiliência para o rio das Velhas. Nós estamos vendo que foi um ano em que foi possível fazer essa gestão. Quero mais uma vez reforçar e parabenizar todos os envolvidos. Mas chegará um momento ou se tiver dois períodos consecutivos de um baixo volume de chuva e uma série de outros complicadores, essa solução, por mais estratégica que seja, por mais boa vontade que tenha, vai se esgotar. Nós vimos que nesse ciclo 2024 a maioria dos reservatórios existentes na bacia chegaram próximo do seu limite. Uma extensão por mais 15 dias, acho que nem isso, não sei se tem esse prognóstico, mas já teríamos grandes problemas de garantir a vazão necessária para a captação e também para o rio das Velhas. Então é importante e urgente, isso tem sido uma preocupação da Copasa. O Nelson trouxe isso aqui. Tenho conversado muito com o presidente Guilherme sobre a importância e a urgência de se começar a discussão quanto à reservação no alto velhas para garantir essa segurança hídrica.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Só para complementar, a região metropolitana também tem um problema seríssimo com cheias, e o sistema de reservação também serve para fazer regularização de contenção de ondas de cheia, quando bem planejado, quando bem construído e, principalmente, quando bem manejado. Então não é só o problema de deixar ir embora uma água que vai faltar futuramente, deixar ir embora acaba causando uma série de transtornos na região metropolitana. Então eu creio que é mais do que necessário, urgente, pensar num modelo de manejo mesmo dessa água que é demais em alguns momentos e depois é pouca.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Uma dúvida aqui, também dirigida a membros do Comitê do Velhas. Em determinado momento, o Comitê do Velhas deliberou pela proibição de construção de barramentos na bacia. Isso no passado. Eu espero que não exista mais essa deliberação do Comitê. Não é?” Presidente Marcelo da Fonseca: “Iude, eu não sei te falar. Estamos com o Renato, com o Nelson e outros membros do Velhas. Se eles tiverem informação, ótimo. Senão, nós levantamos com a presidente Poliana e trazemos para vocês.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu acho melhor levantar depois com a diretoria e trazer ao Conselho. Eu acho que ainda está ativa, ainda está valendo essa deliberação, salvo engano, da questão de construção de reservatório na bacia do Velhas.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Eu acho que até, inclusive, com essa fala do Marcelo, fica muito claro que isso não faz mais sentido.” Conselheiro Nelson Cunha Guimarães/Copasa: “Eu entendo também, Iude. Eu também não sei, tem que

procurar a nossa presidente, mas realmente é uma questão que, se tiver, nós precisamos rediscutir.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado pela lembrança, lude.” Renato Júnio Constâncio/CBH Velhas: “Eu só queria agradecer à diretoria do Comitê do Rio das Velhas pela oportunidade, a todo o time do Convazão, que é um trabalho bem legal. Realmente como o professor Sylvio falou, é fazer gestão das águas. Lógico que Comitê tem muitas outras ações, de produção, de conservação de água, que ainda é pouco, perto do desafio que temos. Mas fazer essa gestão realmente passada da situação no Velhas tem sido uma experiência bem interessante. E o importante é o resultado. Nós estamos tendo resultados positivos. Agradecer a diretoria, em nome da Poliana, nossa presidente, da diretoria, agradecer o convite e a oportunidade aqui. Obrigado a todos.” **9) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Hoje na parte da manhã, nós tivemos uma assembleia extraordinária do CBH Araguari. Dentre outros assuntos, renovar a outorga de uma PCH. Marcelo, eu tive um questionamento por parte de um dos conselheiros, eu queria compartilhar essa preocupação com o Conselho Estadual. Porque eu adotei no CBH Araguari os mesmos procedimentos que nós adotamos de conferência de quórum e de votação que foram adotadas no Conselho Estadual. A necessidade foi remota. Então a necessidade de abrir a câmara, a necessidade de confirmar o voto no momento, a não permissão do voto pelo chat. E eu fui questionado por um dos conselheiros, e ele pediu o seguinte: se existe alguma normativa que obriga que o voto deve ser de câmara aberta e não pode ser pelo chat. E se não há, Marcelo, nós precisamos criar, porque eu considero uma das inovações pertinentes. O fato de ser uma reunião remota implica em você ter condições de poder participar e se manifestar e registrar sua manifestação. Então eu queria colocar essa preocupação. E mais duas. A segunda, vinda do mesmo conselheiro é: se existe alguma normativa que obriga o conselheiro a ter acesso à internet para ele poder participar das reuniões remotas. É interessante isso porque, quando começamos a fazer as reuniões remotas, isso já entrou numa certa normalidade e nem me preocupei, nunca passou pela minha cabeça essa questão, foi quase que um engajamento imediato de usar a internet. Mas, como foi feito o questionamento, eu vou ter que responder a esse questionamento de alguma maneira. E o terceiro questionamento diz respeito ao artigo 252 do Código de Trânsito, aquele que impede o uso de aparelhos celulares enquanto a pessoa dirige. Isso significa que nenhum conselheiro pode, dirigindo, participar de uma reunião remota, pois ele está infringindo a lei. E se nós somos coniventes com isso nós estamos dando abrigo a quem não cumpre a lei. Então eu estou trazendo esses três pontos para o Conselho, para que nós tenhamos algum tipo de orientação para que isso seja regulamentado, não só no Conselho Estadual, mas nas reuniões dos Comitês também.” Presidente Marcelo da Fonseca: “No nosso Conselho, no nosso Regimento – a secretaria executiva pode confirmar –, tem a previsão de que, para votação e para quórum, esteja, sim, com a câmara aberta. E a condição para participação, uma vez que a previsão de as reuniões serem de forma híbrida ou totalmente online pressupõe que a instituição que indicou aquele conselheiro dê condições para ele participar. Para este Conselho. Com relação aos Regimentos dos respectivos Comitês, eu não sei falar, você deve conhecer mais do seu, mas provavelmente não tem essa previsão. Eu acho que talvez seria algo que precisaria ser disciplinado no Regimento Interno para dar essa segurança. Quanto a Código de Trânsito eu entendo que não nos cabe fazer fiscalização sobre outras políticas. A política de trânsito, cabe aos agentes de fiscalização de trânsito aferir isso. Eu acho que não cabe aqui adentrarmos a essas outras regras. Obviamente, quando da manifestação, tem que seguir as nossas regras específicas aqui. Mas, falando aqui, como engenheiro que sou, adentrando numa especialidade que não é minha. Mas é algo que nós podemos trabalhar e buscar uma orientação a respeito.” Conselheiro Flávio Pimenta de Figueiredo/UFMG: “Eu queria só provocar você, como presidente do Conselho, de um projeto que nós estamos implementando. Iniciamos hoje o projeto. Eu já comentei com você, mas não tivemos oportunidade. Seria interessante apresentarmos para o Conselho Estadual. E um projeto sobre barragens subterrâneas. Por quê? Porque nós estamos vendo resultados. Então, se fosse uma ação que ficasse feito por feito, é uma coisa. Nós estamos conseguindo multiplicar água dentro de regiões aqui no Norte de Minas. Você conheceu muito bem, é uma realidade diferente de Belo Horizonte, Triângulo Mineiro. Mas eu acho que, da mesma maneira que o Dirceu apresentou aquele maravilhoso projeto do CBH lá de cima, eu gostaria de apresentar para a turma até mesmo para engajarmos nisso. Porque o que eu observo é que nós discutimos, colocamos, gestão para cá, gestão para lá, e nós precisamos de ação. Aqui na região nossa, essas ações mitigadoras estão dando um resultado tão bom, e às vezes as pessoas não sabem, não conhecem. Então fica a sugestão, a dica. Eu me coloco à disposição, se houver interesse, para apresentar ao pessoal o projeto que estou realizando aqui, que tem previsão de cinco anos. Daí se vê o interesse do produtor rural aqui da região.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Obrigado, professor. Eu acho que já podemos colocar como uma pré-pauta para a próxima reunião para que o senhor possa apresentar para nós esse projeto. Nós confirmamos ao longo do período para a inscrição na próxima reunião.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Marcelo, eu estava esperando o seu retorno para fazer a solicitação. Então se nós poderíamos, a partir do IGAM ou da SEMAD, regulamentar essa questão, deixar pelo menos em alguns documentos formalizada a questão da internet, que não é responsabilidade do Comitê ou do Conselho Estadual e sim da instituição que indica o conselheiro. Formalizar isso mesmo. Nós fazemos pela prática, e de repente tem um questionamento. E infelizmente às vezes as coisas só funcionam assim. E também quanto a estender essa prática que está no

Regimento do Conselho Estadual aos demais colegiados, tanto às Câmaras Técnicas quanto aos Comitês. Se eu não me engano, Marcelo, no Regimento, isso já está colocado que está estendido aos demais colegiados. Talvez só precise de um parecer dizendo que os demais colegiados incluem as assembleias dos Comitês.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Ok. Pessoal da secretaria executiva...” Felipe Brait Carneiro Gonçalves/SEMAD: “O Regimento é bem explícito no seu artigo 45, §5º, que somente serão computados os votos usando os recursos de áudio e vídeo. E também no artigo 88 é bem claro que a responsabilidade pela conexão da internet, instalação e utilização dos aplicativos de videoconferências e tudo mais que é necessário para participar é de responsabilidade do conselheiro.” Por óbvio, se estende para a entidade que ele representa. No nosso Regimento Interno, isso é bem claro, bem explícito. A questão é saber se isso pode, automaticamente, se estender para os Comitês.” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Boa tarde, senhores conselheiros, boa tarde, senhor presidente. Como o Felipe colocou mesmo, professor Sylvio, tem no Regimento, esse Regimento é específico do CERH, ele não vai abarcar os outros conselhos. Em relação à votação, como o Felipe bem colocou, no artigo 46, a obrigatoriedade é que seja com áudio e com vídeo abertos. Entretanto, como por exemplo ocorre algumas vezes aqui nos dois Conselhos, a própria secretaria executiva identifica quando os senhores estão com problemas na transmissão do vídeo. Por exemplo, tinha um colega apresentando, e nós vimos que o vídeo dele estava um pouco pesado, tanto é que ele fechou para manifestar e continuar mais leve. Então repare que às vezes, quando a própria secretaria executiva verifica que vocês estão tendo esse problema na votação ou durante as suas manifestações, nós mesmos pedimos para que vocês fechem o vídeo para ficar mais leve a conexão. Isso está respaldado no artigo 46 do Regimento Interno dos senhores. Em relação à proposição que o senhor informou sobre a adequação do Regimento Interno, com essas sugestões que o senhor manifestou aqui, o artigo 96 do Regimento Interno também prevê a questão da modificação. Então havendo interesse do senhor, como já houve a manifestação nesta reunião, o senhor pode encaminhar, por gentileza, também de forma formal, caso queira complementar mais alguma coisa, a solicitação de modificação, que será analisada em conformidade com o artigo 96 do Regimento. Tem algum outro ponto que eu deixei de informar ao senhor, algum outro ponto que faltou a manifestação?” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Eu não estou com acesso aqui ao nosso Regimento, o Regimento do Conselho, mas em algum lugar eu lembro que havia alguma coisa que era extensiva aos demais colegiados, que no caso do Conselho Estadual são as Câmaras Técnicas e também a Câmara Normativa e Recursal. Eu posso compreender extensiva aos demais colegiados como todos os colegiados do sistema, dos quais eu incluo os Comitês?” Jeiza Fernanda Augusta de Almeida/SEMAD: “Professor Sylvio, esse Regimento é apenas para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, não inclui os municipais. Inclui as unidades colegiadas, que são o Plenário, a CNR e as Câmaras Técnicas.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Eu fiz uma pergunta bem direta para a Valéria, nossa procuradora, e ela também tem essa mesma interpretação que a Jeiza trouxe para nós. Então já respondendo ao senhor é necessário que tenha uma previsão expressa nos Regimentos, para evitar qualquer tipo de questionamento. Eu vou pedir à GCBH, que coordena toda essa questão de Regimento e normativos, para que avalie a necessidade de rever a deliberação que traz as diretrizes para Regimento, para incluir na diretriz, mas que, conseqüentemente, demandará um trabalho de cada um dos Comitês para incluir a previsão conforme nós conversamos aqui.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Desculpe o diálogo assim, Marcelo, mas será que não há uma alternativa mais simples como, por exemplo, uma diretriz normativa, alguma regulamentação, para não ter que entrar naquele processo de aprovar novamente todos os Regimentos, alguma coisa mais simples?” Presidente Marcelo da Fonseca: “Podemos avaliar. Eu vou pedir para que faça essa avaliação se tem essa possibilidade.” Conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas/Abragel: “Eu até coloquei no chat, no Regimento, eu também entendo que serve só para as instâncias do Conselho. Mas uma resolução do Conselho eu acredito que poderia servir para o que o professor Sylvio está sugerindo. Porque uma resolução do Conselho é para ser atendida também pelos Comitês.” Presidente Marcelo da Fonseca: “Nós vamos avaliar o que é viável, se uma deliberação geral ou alguma coisa específica. De toda forma, a equipe vai ver o que conseguimos fazer.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente suplente Marcelo da Fonseca agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Marcelo da Fonseca
Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Fonseca, Diretor Geral**, em 12/12/2024, às 09:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **103677204** e o código CRC **7D5F76B1**.

Referência: Processo nº 1370.01.0036869/2024-18

SEI nº 103677204